

Revista

a

EVOLUÇÃO

Ano IV Jul.
n. 42 2023
ISSN 2675-2573

**TODA ESCOLA TEM ESPAÇO
PARA CADA ESTRELA BRILHAR**

Vivian Alves



Filial da
**ABEC
BRASIL**
Associação Brasileira de Editores Científicos



Platform &
workflow by
OJS / PKP



CiteFactor
Academic Research Journals

www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 42 - Julho de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Organização:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas:

Ana Paula de Lima

Isaac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Daniele Marques dos Santos Barreto

Fabiane Maria Said

Herbert Madeira Mendes

Joseneide dos Santos Gomes

Lidiane Oliveira Leopoldo da Silva

Mirella Clerici Loayza

Miriam Ferreira

Priscila Paula da Costa da Silva

Rita de Cássia Martins Serafim

Rosângela Adelina dos Santos Oliveira

Rosemeire Santos de Deus Lopes

Sheyla Maria Silva Pimentel

Simone Moreira Garcia

Solange Livolis Garcia Guerreiro

Waldemar Sabalo

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 4, n. 42 (jul. 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 140 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.42

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.42>

A

São Paulo | 2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Prof^ª. Dra. Andréia Fernandes de Souza

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

08 TODA ESCOLA TEM ESPAÇO PARA CADA ESTRELA BRILHAR

VIVIAN ALVES



ARTIGOS
ARTIGOS

1. INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA DANIELE MARQUES DOS SANTOS BARRETO	11
2. NEUROBIOLOGIA DA EMOÇÃO MUSICAL: O PAPEL DA AMÍGDALA FABIANE MARIA SAID	19
3. UM OLHAR SOBRE A RELEVÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL HERBERT MADEIRA MENDES	27
4. A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NO CONTEXTO ESCOLAR EM CRIANÇAS COM TEA JOSENEIDE DOS SANTOS GOMES	39
5. AS CONTRIBUIÇÕES DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL LIDIANE OLIVEIRA LEOPOLDO DA SILVA	49
6. ALFABETIZAR EM LETRA CURSIVA, POR QUE SIM? MIRELLA CLERICI LOAYZA	57
7. REFLETINDO SOBRE O PAPEL DA ARTE E DA ESTÉTICA NA EDUCAÇÃO MIRIAM FERREIRA	63
8. O CURRÍCULO NACIONAL E SUAS TENDÊNCIAS ESTRUTURAIS PRISCILA PAULA DA COSTA DA SILVA	71
9. A EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL FRENTE ÀS AÇÕES EDUCATIVAS NA VIDA ESCOLAR RITA DE CÁSSIA GONÇALVES PACCOLA	79
10. AQUISIÇÃO DA ESCRITA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO ROSÂNGELA ADELINA DOS SANTOS OLIVEIRA	87
11. AS CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM TEA ROSEMEIRE SANTOS DE DEUS LOPES	97
12. O DESENVOLVIMENTO INFANTIL COM BASE NAS PRÁTICAS E ESPAÇO ESCOLAR SHEYLA MARIA SILVA PIMENTEL	103
13. A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL SIMONE MOREIRA GARCIA	111
14. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ACOLHIMENTO ESCOLAR SOLANGE LIVOLIS GARCIA GUÉRREIRO	119
15. INSUCESSO ESCOLAR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE LUANDA WALDEMAR SABALO	127

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ACOLHIMENTO ESCOLAR

SOLANGE LIVOLIS GARCIA GUERREIRO

RESUMO

As questões que envolvem a Educação Inclusiva estão cada dia mais presentes na legislação e nas Políticas Públicas. A Declaração de Salamanca, no ano de 1994, mostrou-se um marco importante para as pessoas com deficiência, trazendo para o âmbito educacional questões como a matrícula de estudantes com deficiência nas classes de ensino regular e a necessidade de uma metodologia voltada para o mesmo. A Legislação brasileira é clara, mas, muitas escolas ainda não conseguem incluir os estudantes da forma esperada. Assim, o presente artigo trouxe uma discussão a respeito do tema da inclusão voltada para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as suas contribuições para o desenvolvimento desses estudantes. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa a partir de levantamento bibliográfico a respeito do tema. Os resultados encontrados apontaram que um dos maiores desafios enfrentados por professores e escolas, em geral, é a dificuldade do processo de inclusão diante das demandas que surgem no ambiente escolar.

Palavras-chave: Acessibilidade; Desenvolvimento; Legislação; Inclusão.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva no Brasil, pode ser considerada ainda recente. Em 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi considerado o primeiro instituto, com base no Decreto nº. 1.428/1854, para atender as pessoas com deficiência visual. Cem anos após o Decreto, ocorreu a criação da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), que resultou em um atendimento mais humano e igualitário, a fim de contemplar diferentes tipos de deficiência, incluindo na sua estruturação a participação de responsáveis e amigos.

Anteriormente a isso, era costume por parte da sociedade esquecer das pessoas com deficiência. Na área educacional acontecia o mesmo, já que as escolas de ensino regular atendiam apenas um grupo seletivo, como no caso dos filhos da elite, excluindo-se a população pobre, negra e conseqüentemente com algum tipo de deficiência.

Com o tempo, inúmeros países passaram a despertar sobre o tema. A diversidade e a Educação Inclusiva viraram temas constantes relacionados ao ambiente escolar, preservando os direitos e garantindo qualidade no quesito educação, que desenvolve a autonomia desses estudantes.

No início, a inclusão ocorria apenas para integrar os estudantes na instituição escolar. Com a Declaração de Salamanca, houve uma nova discussão sobre a necessidade de matriculá-los em classes regulares, além de uma metodologia de ensino voltada para esses estudantes, mudando o cenário educacional do ponto de vista inclusivo.

Como problemática tem-se que na atualidade ainda existem muitas escolas que possuem dificuldade para incluir o estudante com deficiência devido a diferentes fatores. Desta forma, o presente artigo discute as perspectivas e também os desafios encontrados nas escolas para que a inclusão realmente aconteça.

Assim, para a presente pesquisa, a metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, sendo realizada pesquisa bibliográfica a respeito da temática.

SOBRE A INCLUSÃO

O Brasil, quando comparado a outros países, demorou para ter um olhar diferenciado às pessoas com deficiência. Inicialmente, a inclusão ocorria em centros especializados que atendiam esses indivíduos a fim de que eles se desenvolvessem de alguma forma.

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente chamado de Instituto Benjamin Constant, foi criado pelo Decreto nº. 1.428 de 12/09/1854 oferecendo instrução primária, educação moral e religiosa. Nos três primeiros anos, o número de estudantes não excedia a trinta, sendo dez admitidos de forma gratuita, quando constatada a pobreza (CABRAL, 2016).

Dois anos mais tarde, foi criado o Instituto dos Surdos-Mudos, atualmente conhecido como Instituto Nacional da Educação dos Surdos, oferecendo educação intelectual, moral e religiosa aos surdos de ambos os sexos. O Instituto foi inaugurado em 1º de janeiro de 1856, com caráter privado, mas sua fundação foi datada apenas em 26 de setembro, dia de promulgação da Lei nº. 939/1956, por ter concedido subvenção anual e pensões aos estudantes pobres. Inicialmente o atendimento acontecia no Colégio de M. Vassimon. O curso agora ofertava o ensino de Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia e História do Brasil, além de escrituração mercantil e doutrina cristã (CABRAL, 2016. p.).

Já na virada do século, mais precisamente em 1926, o Instituto Pestalozzi foi criado como forma de atender deficientes mentais. O trabalho da educadora e psicóloga Helena Antipoff foi fundamental para o surgimento do assistencialismo social, institucionalizando serviços voltados para o público-alvo da Educação Especial. Foi a partir do trabalho dela que surgiu o termo “excepcional”, a fim de extinguir o preconceito arraigado nos termos “deficiência mental” e “retardo mental”, utilizados na época (PACHECO, 2016).

Vinte e oito anos mais tarde, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) foi criada. O contexto era prestar assistência médico-terapêutica às pessoas com deficiência intelectual inicialmente. A Associação contava com uma sede provisória onde havia duas classes especiais, atendendo em média, vinte crianças. Após alguns anos, aquelas mesmas crianças que recebiam atendimento, entraram na adolescência, necessitando de atividades mais criativas e profissionalizantes.

Assim, a APAE foi a pioneira em criar uma oficina pedagógica com atividades ligadas à carpintaria para os indivíduos com necessidades educativas especiais. Após o sucesso e a

progressão de institutos como a APAE, discussões, fóruns e legislação específica foram criados contribuindo para a inclusão e a Educação Especial.

A Lei nº 5.692/71 alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), trazendo a necessidade do tratamento especial contemplando as diferentes deficiências levando-se em consideração a faixa etária do estudante em questão.

Diversos governantes, instituições e Políticas Públicas surgiram, garantindo assim os direitos das pessoas com deficiência. Neto et al. (2018), discute que a Emenda nº 12 da Constituição Federal, em 1967, trouxe inúmeras mudanças, onde o marco definitivo veio com a Constituição da República promulgada em 1988.

Além disso, o Plano Nacional de Educação trouxe questões sobre a Educação Inclusiva:

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação. O capítulo 8 do PNE é destinado à Educação Especial. Este documento tece um diagnóstico e traça as diretrizes, objetivos e metas para os próximos 10 anos. Segundo o PNE, a oferta de educação especial poderá ser realizada de três formas: participação nas classes comuns, sala especial e escola especial. Sendo que, as salas e escolas especiais devem ser apenas para aqueles que realmente não puderem ser atendidas nas salas convencionais. Neste sentido, a matrícula destes alunos vem crescendo a olhos vistos entre 1998 e 2003 (MACÊDO, 2010, p. 01).

O Estado de São Paulo, em conjunto com a Secretaria de Educação Especial de São Paulo (SEESP) criou a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) em 1994, sustentando a urgência de atender a esses estudantes, permitindo seu ingresso na escola regular. No país todo, Políticas Públicas foram criadas a partir de leis, normas e decretos respeitando as necessidades desses estudantes principalmente nas escolas públicas.

A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS PEDAGÓGICOS

Todas as pessoas têm o direito de frequentar o ensino regular comum, independentemente das suas condições e necessidades, havendo por parte das escolas, transformar os diferentes ambientes a fim de acolher melhor a todos os estudantes sem que estes sejam obrigados a se adaptar a escola, mas sim, a escola deve se adaptar a eles para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem (NASCIMENTO, 2015).

Uma das iniciativas do governo foi à implementação da Portaria Normativa nº 13 de 24 de abril de 2007, sobre o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, voltado para integrar o estudante com deficiência, disponibilizando equipamentos de informática, mobiliário e materiais, integrando tudo isso a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), que servem como recursos atrativos, instigando e estimulando o ensino, a aprendizagem e contribuindo para o desenvolvimento dos estudantes:

...os ambientes de aprendizagem baseados nas tecnologias da informação e da comunicação, que compreendem o uso da informática, do computador, da Internet, das ferramentas para a

Educação a Distância e de outros recursos e linguagens digitais, proporcionam atividades com propósitos educacionais, interessantes e desafiadoras, favorecendo a construção do conhecimento, no qual o aluno busca, explora, questiona, tem curiosidade, procura e propõe soluções. O computador é um meio de atrair o aluno com necessidades educacionais especiais à escola, pois, à medida que ele tem contato com este equipamento, consegue abstrair e verificar a aplicabilidade do que está sendo estudado, sem medo de errar, construindo o conhecimento pela tentativa de ensaio e erro. (ZULIAN, FREITAS, 2000, p. s/n).

O Ministério da Educação disponibilizou também materiais didáticos e paradidáticos em braile, em áudio e na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), notebooks com sintetizador de voz, softwares para comunicação e outros recursos que facilitam a promoção do acesso ao currículo de forma plena:

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência (MANZINI, 2005, p. 82).

Assim, a construção da Educação Inclusiva encontra-se voltada também para o uso das Tecnologias Assistivas como aliada no desenvolvimento de competências e habilidades, abrindo novos caminhos para o estudante (PERES, 2003).

Ao contrário, existem ainda escolas que não conseguiram aplicar a legislação, iniciando pela ausência da Salas de Recursos Multifuncionais e do AEE, recursos e materiais para facilitar o processo de ensino e aprendizagem junto aos estudantes.

Nas escolas que possuem sala de informática, existe a falta de equipamentos adaptados, entre outros recursos que podem contribuir para o seu desenvolvimento. Sobre a acessibilidade, muitas vezes é difícil haver rampa de acesso para os cadeirantes, dificultando a sua locomoção. É preciso também adaptar os banheiros e utilizá-los para o seu fim, sem serem usados como depósito.

Desta forma, é preciso um maior acompanhamento das Secretarias de Educação para que as dificuldades sejam sanadas e a inclusão ocorra realmente.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E A LIBRAS

A Constituição de 1988, em seu Artigo 208, trouxe: "o atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". Ainda, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/96, trouxe em seu Artigo 58 a definição de educação especial, sendo: "a modalidade de educação escolar na rede regular de ensino, para os educandos portadores de necessidades especiais".

A Libras foi reconhecida a partir da Lei Federal nº 10.436/02 e inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a partir das suas primeiras discussões em 2016, com o objetivo de alcançar efetivamente a educação inclusiva, com vistas a facilitar o desenvolvimento educacional, pessoal e social dos estudantes surdos e também dos não portadores, legitimando uma grande conquista social.

A BNCC é um documento normativo que define um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes precisam e devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica. A lei, em seu Artigo 1º reconhece como meio legal de comunicação e expressão da Libras em seu Parágrafo único: “Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2017).

Um dos maiores problemas para os surdos é a comunicação. No caso dos estudantes surdos, os mesmos não são expostos a sua língua materna resultando em dificuldades de socialização e aprendizagem. Apesar disso, a BNCC não contempla o ensino de Libras no caso da Educação Infantil, o que acaba resultando em transtorno para as crianças surdas (VYGOTSKY, 1993).

Existe a necessidade de adaptar o material pedagógico ao ensino de surdos, levando-se em consideração que a língua é de modalidade visual-espacial. Os eixos procuram trabalhar diferentes temáticas do ponto de vista pedagógico, conhecendo as principais dificuldades encontradas pelos surdos durante a escrita da língua portuguesa, observando-se que os surdos apresentam um grau elevado de dificuldade no processo de compreensão da língua portuguesa. Por isso, é preciso trabalhar o bilinguismo, com a Libras como primeira língua e português como segunda língua.

Estão previstas também as competências da área de linguagens, desenvolvendo a linguagem verbal, oral, visual motora, como a Libras e a escrita, além das linguagens corporal, visual, sonora e digital voltadas para a comunicação, o compartilhamento de informações e o entendimento mútuo (BRASIL, 2017).

Os surdos precisam de uma educação voltada para a compreensão de imagens, de ações voltadas ao cotidiano, às dinâmicas sociais, aos símbolos, entre outros, favorecendo a aprendizagem desse estudante. Deve-se ressignificar o planejamento para: “organizar as interações e atividades de modo que cada aluno se defronte constantemente com situações didáticas que lhe sejam as mais fecundas” (PERRENOUD, 2001, p. 28).

Assim: “a surdez em si não influencia o desenvolvimento socioemocional da criança; tudo dependerá das pessoas que participam do seu dia a dia e o que fazem para que essa criança progrida em linguagem, sociabilidade e comunicação” (MAINIERI, 2011, p. 88).

A Libras é um elemento identificador dos surdos, o que faz se sentir pertencente a sua comunidade, cujas competências linguísticas e cognitivas são eficazes e eficientes, permitindo que eles constituam uma comunidade linguística diferenciada perante a sociedade.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica trazem a utilização e acesso ao ensino de Libras para os alunos surdos a fim de que: “tenham o conhecimento sobre Língua Portuguesa e de sinais, Letras e Linguística, compreendendo que tais conhecimentos são fundamentais para a qualidade do atendimento” (BRASIL, 2013, p.14).

O documento discute a necessidade de haver um intérprete para auxiliar o docente que não conseguirá utilizar duas línguas distintas para interagir com os estudantes surdos e ouvintes ao mesmo tempo.

Significa que a atuação desse profissional é essencial para promover o desenvolvimento do estudante, pois muitas vezes este está aprendendo a Libras, sendo o intérprete sua fonte de aprendizado. Neste contexto, pode-se destacar também a regionalidade dos sinais onde muitos sinais básicos são usados de forma distinta dependendo da região e da comunidade surda.

CONCLUSÃO

Segundo os resultados encontrados pela presente pesquisa, a Educação Inclusiva avançou de forma significativa, mas, também apresenta desafios ao longo do processo. É preciso criar oportunidades diversas para que o estudante desenvolva independência, autonomia e aprenda.

A atenção voltada para o processo de inclusão têm sido significativa de um modo geral com relação às leis. É necessário, um maior acompanhamento por parte das Secretarias para que os problemas citados não continuem, que seja disponibilizado também AEE e outros quesitos como mobiliários, materiais, acessibilidade, entre outros fatores.

Apesar dos desafios presentes no ambiente escolar, ainda é possível observar muitas pessoas da comunidade escolar comprometidas com o processo de inclusão e com a Educação Especial.

Assim, a Educação Inclusiva ainda enfrenta desafios, mas que podem ser superados, a partir da aplicação da legislação e da contribuição das instituições de ensino, garantindo que a inclusão ocorra de fato independentemente da rede de ensino na qual o estudante se encontra matriculado.

No caso da inclusão de crianças surdas é preciso desenvolver não só a língua materna, mas, propiciar uma educação bilíngue para que ela consiga aprender de forma plena.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/566431#:~:text=REGULAMENTA%20A%20LEI%2010.436%2C%20DE,19%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202000.> . Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=3019. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. **Portaria normativa nº 13. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.** Brasília: MEC. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em 07 ago. 2022.

CABRAL, D. **Imperial Instituto dos Meninos Cegos.** Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/327-imperial-instituto-dos-meninos-cegos>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CABRAL, D. **Instituto dos meninos surdo-mudos.** Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/365-instituto-dos-surdos-mudos>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MACÊDO, J.A.S. **Inclusão: a escola está preparada para ela?** 2010 Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/inclusao-escola-esta-preparada-para-ela.htm>. Acesso em: 06 ago. 2022.

MANZINI, E.J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas.** Brasília, 2005. p. 82-86.

MAINIERI, C.M.P. **Desenvolvimento e aprendizagem de alunos surdos: cognitivo, afetivo e social.** Curitiba: IESDE, Brasil S.A, 2011.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2005.

NASCIMENTO, S.V. Políticas públicas para Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. IFRJ. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente.** PUCPR, 2015.

NETO, A. O.S.; ÁVILA, E.G.; SALES, T.R.R.; AMORIM, S.S.; NUNES, A.K.; SANTOS, V.M. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial** v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018. Santa Maria.

PACHECO, E.A. **Movimento Pestalozziano celebra 90 anos com trajetória marcada por conquistas e avanços.** Disponível em: <http://fenapestalozzi.org.br/ler/movimento-pestalozziano-celebra-90-anos-com-trajetoria-marcada-por-conquistas-e-avancos>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PERES, R.C.N.C. **O lúdico no desenvolvimento da criança com paralisia cerebral espástica.** 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

ZULIAN, M.S.; FREITAS, S.N. **Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo.** Cadernos de Educação Especial / Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação / Departamento de Educação Especial / Laboratório de Pesquisa e Documentação - LAPEDOC -. Vol. 2 (2001) - Nº 18 (2001) - 112 p. - Santa Maria. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2001/02/r5.htm>. Acesso em 14 ago. 2022.

_____. **Imperial Instituto dos Meninos Cegos.** Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/327-imperial-instituto-dos-meninos-cegos>. Acesso em: 12 ago. 2022.

_____. **Instituto dos meninos surdo-mudos.** Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/365-instituto-dos-surdos-mudos>. Acesso em: 12 ago. 2022.

Solange Livolis Garcia Guerreiro - Formada em Pedagogia pela Faculdade Integrada Campos Sales, FICS; Pós-graduada em Educação Infantil pelo Centro Universitário de Araras, UNAR. Professora de Ensino Fundamental na Prefeitura de Osasco. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

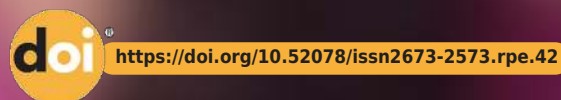


ORGANIZAÇÃO:

Andreia Fernandes de Souza
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Daniele Marques dos Santos Barreto
Fabiane Maria Said
Herbert Madeira Mendes
Joseneide dos Santos Gomes
Lidiane Oliveira Leopoldo da Silva
Mirella Clerici Loayza
Miriam Ferreira
Priscila Paula da Costa da Silva
Rita de Cássia Martins Serafim
Rosângela Adelina dos Santos Oliveira
Rosemeire Santos de Deus Lopes
Sheyla Maria Silva Pimentel
Simone Moreira Garcia
Solange Livolis Garcia Guerreiro
Waldemar Sabalo



Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

